

## De que Desenvolvimento Regional o Amazonas Precisa?- II

Nilson Pimentel (\*)

Na área da Macroeconomia denominada de Desenvolvimento Econômico Regional os conhecimentos de Política Econômica são fundamentais, pois a improvisação e o empirismo não são os melhores conselheiros no processo decisório ou na governança da gestão de indução de processos de desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas ou em estagnação econômica, mesmo que nesses espaços geoeconômicos possam ter recursos naturais que se apresentam como potenciais econômicos de aproveitamento em atividades produtivas ou de extrativismo primários desses recursos.

Na região Norte do Brasil os estados federativos são dotados de imensos repositórios de recursos naturais, não muito bem aproveitados em suas extrações como potenciais econômicos para o desenvolvimento regional, por conta da subsistência se tem praticado por séculos, até então, o extrativismo primário predatório, haja vista o que acontece com o pescado e outras espécies da flora e da ictiofauna fluvial amazônica ( dentre outros, quelônios e répteis), uma vez que essa prática exaure os estoques naturais.

Por outro lado, o que se tem visto há alguns anos, depois que algum governante mais inteligente que decidiu acabar com a EMATER-AM (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), a assistência técnica em programas e projetos, com práticas de atendimentos de alguns processos específicos no setor primário e de agricultura familiar se tem feito por experiências de alguns de caráter empírico não sistematizado e, em pontuais atuações com determinadas incursões por conhecimentos científicos por parte da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Além do mais, nesses últimos anos não se tem havido nenhuma formulação de programas ou projetos voltados a processos de Desenvolvimento Econômico Regional (DER) que tivesse o sustentáculo da metodologia científica para que levasse adiante suas implementações, ao contrário, como tem se constatado em outras regiões do Brasil.

Nesse início de novo século, a situação ficou mais difícil, haja vista a recorrente falta de recursos financeiros e o desinteresse político dos governantes de plantão em realizar ações indutoras de DER, pois os serviços de assistência técnica para tal, não dependem somente de recursos orçamentários e financeiros para cada projeto específico dentro de programas orientados por estudos do Planejamento Econômico Estratégico, mas abrangidos por outros fatores que complementam os conhecimentos técnicos científicos, vejamos alguns:

a) serviços de apoio comunitário, providenciados e caracterizados aos empreendedores visando atividades de assistência técnica nas áreas, técnicas, administrativa, financeira e de identificação de oportunidades de negócio, com objetivo de melhorar a organização e a participação comunitária, com capacitação elaborada para transformar as comunidades locais em verdadeiros atores de desenvolvimento, capazes de gerir as próprias iniciativas de DER;

b) serviços básicos de comercialização, pois, são projetos de pequena dimensão geralmente dirigidos por associações, organizações e de algumas partes interessadas privadas, nos casos em que o serviço inclua busca de mercado, a análise de custo-benefício, a avaliação do retorno sobre o investimento, além da formulação técnica de projetos adjacentes complementares, tendo essas atividades concretas dentro procedimentos de DER, cujos impactos imediatos nos beneficiários e no espaço territorial onde se encontram são positivos; e,

c) serviços de apoio estratégicos como sendo um fator de potencial importante de interligação com os sistemas produtivos (produção/comercialização), de forma que os projetos, com forte impacto ao nível local tenham apoio dos grupos sociais mais vulneráveis, geralmente para projetos de médio e longo prazo que requerem mais recursos orçamentários do que ações de DER podem providenciar, por conseguinte, a estratégia limita-se à identificação de recursos alternativos para investimentos. Para os economistas, especialistas em DER, os serviços

de assistência técnica nesses projetos poderão dar maior sustentabilidade as comunidades envolvidas através de organização institucional com participação social efetiva, como fator de superação da exclusão social e na promoção do desenvolvimento do espaço territorial local.

Do ponto de vista dessa abordagem o DER é uma boa prática estratégica, que por intermédio de suas metodologias de implementação, tende a ser utilizada por governos em distintas regiões com possibilidades de minimizar a pobreza e redução das desigualdades inter e intra regionais. Assim sendo se distingue as seguintes questões:

- 1) utiliza instrumentos técnicos científicos que levam à sustentabilidade socioeconômica de programas e projetos em ações indutoras de DER;
- 2) concorre à governança compartilhada entre as gestões estadual e municipal na formulação dos programas e projetos e auxilia na implementação de políticas públicas específicas e na adequação, mobilização e alocação dos recursos disponíveis;
- 3) dá suporte à implementação das políticas, concorrendo à descentralização da implementação dos projetos e do apoio à cooperação social local;
- 4) concorre às formas de organização comunitária, cooperativas, associações, grupos de trabalho e células participativas de mulheres e ou de homens;
- 5) possui a capacidade intrínseca de identificar e desenvolver o potencial endógeno dos espaços territoriais locais;
- 6) tem a capacidade de criar redes de envolvimento participativo local regional, integrando e coordenando as atividades de projetos em DER; e
- 7) eleva os mecanismos de consulta social ao nível local, objetivando buscar soluções para a problemática e desafios que processos de DER se deparam no local em suas implementações.

Portanto, quando se entabula discussões sobre esses aspectos do DER para o Amazonas, os profissionais do CEA – Clube de Economia do Amazonas são categóricos em afirmar que nosso Estado possui enormes mananciais de recursos naturais, os quais detêm uma gama diversificada de potencialidades na utilização econômica destes, e que se acredita muito nessas utilidades, mas não estamos sós nesse prisma de visão econômica do que guarda esse imenso espaço territorial, se sabe que nosso caminho é longo, árduo e com imensos desafios, mas temos confiança no futuro de cooperação daqueles que pensam, estudam e trabalham o DER no estado do Amazonas e no Brasil.

Discussões alargadas sobre processos de DER sempre trazem à luz dos conhecimentos científicos sobre as caracterizações de abordagens fatoriais das possíveis cadeias produtivas que formarão matrizes radiais de insumosXprodutos, sobre as quais possibilitarão a formulação de Plataformas de DER, incluindo o Planejamento Estratégico Econômico estadual, sem centralismos, sem engessamentos ou mesmo descaracterizações funcionais das instituições que serão envolvidas.

Os especialistas entendem que a natureza participativa na formulação de Plataformas, como metodologia científica, tende a trazer o envolvimento de grande variedade de interesses, o que pode causar diversas dificuldades para a compreensão geral do sistema que se quer desenvolver, mas que isto não sirva às causas menores e nem que se leve à abordagem tradicional, sem convergências, sem integração de fluxos e sem envolvimento dos atores socioeconômicos locais.

Entende-se no sentido macro, o DER como sendo caracterizado pela atuação funcional interdisciplinar que nem sempre é claramente compreendida pelos diferentes atores políticos envolvidos.

*(\*) Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutorando na UNINI-Mx, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br)*